

## **1939-2019: oitenta anos de nazi-fascismo, stalinismo, guerra e revolução**

Dennison de Oliveira<sup>1</sup>

Efemérides históricas e respectivas cerimônias e eventos comemorativos frequentemente tem impactado as relações internacionais. A maneira pela qual diferentes países lembram (ou esquecem) em suas cerimônias públicas e oficiais diferentes episódios e personagens históricos pode se constituir em um fator de tensão nas relações internacionais. Este tem sido desde sempre o caso das rememorações relativas à Segunda Guerra Mundial e seu respectivo contexto.

Vale a pena citar o exemplo de 2015, quando dos setenta anos do final da Segunda Guerra Mundial, em que representações do passado voltaram a pautar questões do presente. Dentre tantos episódios relevantes se destaca o das discussões entre os governos grego e alemão sobre a crise da dívida grega. O governo grego ameaçou apreender propriedades alemãs na Grécia se a Alemanha não concordasse em pagar uma indenização às vítimas de crimes de guerra e ressarcir um empréstimo, então estimado em 11 bilhões de Euros, o qual o país foi forçado a pagar durante a ocupação nazista (BIRD, FULBROOK, WAGNER, WIENAND, 2016, p.1).

Ainda mais impactante foi o pronunciamento em 21 de outubro de 2015 do primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu, relativo aos eventos que levaram ao genocídio de milhões de judeus pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Segundo o dirigente israelense teria sido durante uma conversa entre Hitler e o Grande Mufti de Jerusalém, Haj Amin al-Husseini, em Novembro de 1941, que teria sido decidido o extermínio dos judeus pelos nazistas.

Desta forma, a responsabilidade final pelo genocídio judaico durante a Segunda Guerra Mundial não caberia propriamente nem ao regime nazista nem tampouco a Hitler, mas teria resultado de uma proposta de uma liderança árabe e muçulmana. Embora não exista qualquer pesquisa histórica que confirme tão absurda colocação, parece claro o sentido político pretendido por esta distorção do passado, tanto mais levando-se em conta o contexto de intensa confrontação entre palestinos e israelenses desde o surgimento do Estado de Israel (NETANYAHU, 2015).

---

<sup>1</sup> Professor Titular do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, Tutor do grupo PET História. E-mail: dennisondeoliveira@gmail.com

Para o ano de 2019, quando se comemoram os oitenta anos do início da Segunda Guerra Mundial, é de se esperar um aumento substancial deste tipo de manifestação, com as correspondentes tensões internacionais que costumam provocar. O objetivo deste artigo é, pois, fornecer algumas indicações sobre o estado da arte no campo dos estudos sobre as relações internacionais que guardam relação com os eventos decorridos em 1939.

O intuito desta revisão historiográfica é que as referências bibliográficas aqui examinadas possam servir aos profissionais e estudantes da área que venham a ter contato com manifestações e celebrações sobre os eventos de 1939, a fim de estabelecer leituras que possam instrumentaliza-los a melhor entender e interpretar tais fenômenos, bem como se posicionar diante deles.

Decorridos 80 anos do fim da Guerra Civil Espanhola e do Início da Segunda Guerra Mundial, as questões e contradições suscitadas naquela época parecem mais atuais do que nunca. O fato pode ser pelo menos em parte entendido com relação às similaridades e paralelos entre o contexto vigente e o de 1939, marcados pela crise global do capitalismo e o correspondente reavivamento das doutrinas e movimentos que historicamente o combateram; a intensificação das rivalidades imperiais, manifesta na intensa competição econômica, diplomática e militar entre os EUA, Rússia, China e diversos países europeus; o acirramento das tensões nos países da região do Oceano Pacífico, opondo Japão, China, EUA e ambas Coreias; a crescente racialização das relações sociais, impulsionada pelas tensões étnicas associadas as ondas de migrações e de refugiados, tornada tanto mais intensa pela eclosão de sucessivos conflitos no Oriente próximo; dentre tantas outras.

Os paralelismos e similaridades, contudo, não podem obscurecer as profundas diferenças históricas entre o contexto atual e o de 80 anos atrás. Cabe, portanto, colocar como problemas adicionais de interpretação do sentido e das finalidades das celebrações relativas ao início da Segunda Guerra Mundial o exame das componentes específicas do contexto histórico de 1939 relativas a questões diplomáticas e militares.

Tais componentes tem assumido em tempos recentes crescente importância. Dentre as efemérides que podem vir a ser celebradas no ano de 2019 cabe citar os oitenta anos do fim da Guerra Civil Espanhola, Pacto Hitler-Stalin, Política do Apaziguamento, início da Segunda Guerra Mundial e a política nazista para com os judeus, apenas para se citar os mais relevantes.

O nazismo, embora pautado pelas mesmas motivações anti-bolcheviques e de restabelecimento da ordem burguesa do fascismo que o precedeu historicamente, se

destaca pela ênfase nas questões raciais. De fato, o nazismo entendia a História como resultado não da luta de classes, como pretendia Marx, mas sim pela luta entre raças, no caso, da raça ariana alemã contra os judeus e outros seres *inferiores*. Daí advém o caráter eliminacionista que veio a adquirir o nazismo, ao pretender varrer da face da Terra as raças tidas como *inferiores* e das demais formas de vida humana que entendia serem *indignas de viver*.

O stalinismo, por seu lado, marca ao mesmo tempo a radicalização e a perversão dos propósitos assumidos pela Revolução Bolchevique de 1917. Logo no início da década de 1930 o regime soviético sob a autoridade de Stalin desfechou uma política destinada a estatizar os setores ainda sob controle de proprietários privados na economia russa, no caso, a coletivização forçada das terras destinadas ao cultivo agrícola. A extinção da propriedade privada no campo e a correspondente imposição de fazendas estatais coletivas conclui, por assim dizer, o projeto de socialização dos setores produtivos na URSS iniciado em 1917. Contudo, tal ocorreu ao custo humano de milhões de vítimas, no caso, os ex-proprietários de terra que recusaram a coletivização, bem como assumindo um enorme retrocesso econômico, manifesto nas perdas imediatas na produção agro-pecuária e no declínio sistemático da produtividade rural a partir de então (KENNEDY, 1989).

Outras características marcantes do stalinismo são a extrema e ampla repressão política, da qual os célebres Julgamentos de Moscou, encerrados em 1938, foram sua expressão mais radical. Mesmo depois do término formal dos expurgos em 1939 o regime seguiu matando opositores, supostos ou potenciais, forjando uma ditadura totalitária, na qual mesmo os mínimos dissensos foram eliminados, caracterizando-se o subsequente exercício da política pelo seu burocratismo e conformismo. Simultaneamente, teve início o culto à personalidade do ditador Josef Stalin, o qual encarnava diante do povo a figura de gênio infalível e seguidor fiel e estrito do projeto revolucionário leninista original instaurado em 1917 (HOBSBAWN, 1986).

No contexto de 1939 a política internacional era dominada pelas disputas e confrontações entre as potências beneficiadas pela ordem internacional instaurada ao final da Primeira Guerra Mundial, no caso, Grã-Bretanha e França; pelos regimes que pretendiam mudar, se necessário à força, tal ordem mundial, isto é, os regimes nazi-fascista e também o Império Japonês; e, finalmente, pelo bloco soviético composto pela Rússia e países limítrofes.

As tensões e conflitos entre estes blocos dominaram a política internacional do período. Em todos grandes eventos da política mundial pode-se notar a ação – ou omissão – dos países citados. Eventos como a Guerra Civil Espanhola opuseram, de um lado, os países capitalistas à URSS. Somente os soviéticos apoiaram de forma incisiva o governo constitucional espanhol em luta contra a rebelião militar de extrema-direita. A França, particularmente durante o governo socialista de Leon Blum, deu apoio apenas parcial, sendo sempre contestado pelas forças conservadoras internamente. A Grã-Bretanha e os EUA mal disfarçavam sua rejeição pelo governo republicano espanhol, praticando uma política de “não-intervenção” que, na prática, favorecia aos rebeldes liderados pelo General Francisco Franco.

A Itália fascista e a Alemanha nazista, por seu lado, deram amplo e permanente apoio às tropas revoltosas franquistas. Ao final do conflito o novo governo franquista era detentor de enorme dívida externa para com os governos alemão e italiano. A Alemanha nazista soube se aproveitar do conflito para desenvolver e testar, em combate real, as armas, aviões e veículos com que contava se equipar para uma futura guerra contra seus inimigos anglo-franceses e russos.

Já a Política do Apaziguamento designa o conjunto de tentativas anglo-francesas frustradas de conter as ambições expansionistas do nazi-fascismo que, afinal, levou à profunda desconfiança e alienação dos soviéticos. Seu resultado final foi encorajar e fortalecer os regimes alemão e italiano e convencer aos russos de que poderiam vir a se constituir nos novos alvos das agressões nazi-fascistas.

O Pacto Hitler-Stalin, por sua vez, marcou uma fase de cooperação entre as potências nazi-fascistas e a URSS, o qual se mostrou indispensável para que os alemães pudessem travar guerra em apenas uma frente de luta, no caso, contra as forças armadas anglo-francesas. Tanto este pacto quanto a política do apaziguamento que a precedeu configuram um período de extensas e impressionantes vitórias políticas e diplomáticas dos regimes nazi-fascistas.

Ao longo de todo contexto que antecede a guerra, os sucessivos êxitos obtidos por Hitler na área das relações internacionais tinham importantes resultados internamente. Destes, o principal era o enfraquecimento e desmoralização da oposição ao regime nazista. Mesmo pesquisas mais recentes confirmam o acerto de conclusões já anteriormente disponíveis a respeito. Segundo um trabalho dedicado à resistência contra o nazismo no pré-guerra (SIFTON & STERN, 2013, p. 245) os que conspiravam contra Hitler nas forças

armadas e nas igrejas reconheciam como, a cada sucesso de Hitler contra a política de apaziguamento, ficavam mais isolados e vulneráveis. O apaziguamento não significou apenas vitórias na área das políticas internacionais, mas também o fortalecimento do nazismo internamente.

O início da Segunda Guerra Mundial em 1º de setembro de 1939 veio a colocar em conflito declarado as potências nazi-fascistas e o bloco anglo-francês, ficando inicialmente neutra a URSS, a qual pretendia com acordo de 1939 ganhar tempo para se preparar para uma guerra contra as potências nazi-fascistas.

A política eliminacionista do nazi-fascismo acabou por criar um problema de relações internacionais ao provocar um enorme êxodo de refugiados, composto pelos grupos políticos, artísticos e raciais que sofriam perseguição destes regimes. Trata-se, sem dúvida, de uma das páginas mais amargas e sinistras da história das relações internacionais no contexto que antecede a Segunda Guerra Mundial.

A Segunda Guerra Mundial foi uma guerra decorrida num contexto dominado pelas questões raciais. O regime nazista nunca fez segredo do seu projeto de eliminar as raças ditas *inferiores*, tidas como inimigas da nação alemã e obstáculo ao aperfeiçoamento racial proposto pela Eugenia como eram, em ordem de importância, os judeus, eslavos, ciganos, etc.

O caráter eliminacionista do III Reich de Adolf Hitler abrangia também a execução física de todas as formas de vida consideradas *indignas de viver* como eram os deficientes físicos e mentais, doentes incuráveis, alcoólatras, homossexuais, desviados sociais, etc, listados como ameaça ao projeto eugênico de preservação de uma raça humana superior, no caso, ariana – que é como os alemães sob Hitler se consideravam.

O destino dos judeus sob o regime nazista foi em grande medida decidido em 1939. Neste ano foram fechadas pelos nazistas as últimas empresas ainda em poder de judeus. Em 30 de janeiro Hitler proferiu durante um discurso a ameaça de que, *se os banqueiros judeus desencadeassem uma guerra contra a Alemanha, o resultado seria a aniquilação da raça judaica na Europa*. Embora o caráter eliminacionista do regime nazista jamais tivesse deixado de ser explicitado em público pelos seus dirigentes, a ameaça de exterminar os judeus seguia em larga medida desconsiderada em quase todo mundo.

O cuidado que a propaganda e a censura nazistas dedicavam ao tema pode ter algo a ver com este fenômeno. Mais do que a média dos demais países, na Alemanha nazista as

aparências importavam, como se nota num estudo clássico sobre o assunto (FRIEDLÄNDER, 2009, 47).

Pesquisas recentes indicam que o escopo considerável da arianização no nível médio e pequeno das empresas não era indicativo da situação nos níveis mais altos da economia: ali a competição era mais limitada, e a atitude em relação à extorsão ainda era negativa porque as empresas envolvidas tinham maior visibilidade internacional. Os nazistas decidiram, portanto, evitar qualquer choque frontal. Assim, dezenas de judeus permaneceram em conselhos de administração e em outros importantes cargos gerenciais em empresas como a Mannesmann, a IG Farben, a Gesellschaft für Elektrische Unternehmungen e assim por diante. O Dresdner Bank, por exemplo, “ainda tinha 100 a 150 funcionários judeus em Berlim em 1936, e cinco diretores mantiveram seus cargos até o período de 1938 a 1940”.

Desde o início a perseguição nazista aos judeus se converteu em tema permanente das relações internacionais. De fato, o consenso vigente entre os historiadores é que o processo de eliminação dos judeus da sociedade alemã, conduzido e inspirado por Hitler, tinha que levar em conta elementos do contexto interno, bem como as questões suscitadas pela dinâmica das relações internacionais. É o que se nota em uma importante obra de um dos principais pesquisadores do assunto (KERSHAW, 2008, 117):

Uma vez no poder, Hitler sabia que tinha que estar taticamente alerta, particularmente às pressões internacionais sobre a ainda fraca posição econômica e militar da Alemanha, para avançar com as medidas contra os judeus - medidas que ele pessoalmente queria e que o movimento nazista exigia. Quando necessário, ele podia e mantinha os radicais do partido sob controle. Em outras ocasiões, era útil desencadear a violência contida contra os judeus. Isso produziu um processo característico de radicalização durante a década de 1930: de acordo com os desejos expressos ou presumidos de Hitler, uma "luz verde" para intensificar as medidas contra os judeus seria dada aos radicais do Partido; a pressão pela ação seria construída a partir de baixo, o que Hitler, embora mantendo distância, aprovaria; quando, por razões domésticas ou externas, formas violentas de perseguição se tornavam contraproducentes, Hitler interviria para canalizar os ataques para uma legislação antijudaica altamente discriminatória, em cada estágio apaziguando os radicais ao aumentar a radicalização das medidas adotadas. Havia, portanto, uma 'dialética' contínua entre as ações 'selvagens' a partir de baixo e a discriminação orquestrada de cima. Cada fase da radicalização era mais intensa que a do antecessor. Tal impulso nunca foi permitido morrer.

O resultado imediato de cada estágio de intensificação da perseguição aos judeus era o aumento do número de vítimas que tentavam imigrar para outros países o que,

obviamente, colocava em questão as respectivas políticas imigratórias (FRIEDLÄNDER, 2009, 52) particularmente depois da anexação da Austria ao III Reich de Adolf Hitler que fez aumentar drasticamente o numero de refugiados que precisavam de asilo político.

A geral indiferença para com o destino dos judeus que precisavam desesperadamente deixar os países sob ocupação nazista pode ter sido o pior dos recados endereçados aos que desejavam a eliminação deles, como se nota neste mesmo autor:

Depois do Anschluss, o problema dos refugiados judeus tornou-se uma questão internacional importante. Ao convocar uma conferência de trinta e dois países na cidade turística francesa de Evian, de 6 a 14 de julho de 1938, o presidente Roosevelt demonstrou publicamente sua esperança de encontrar uma solução para isso. A iniciativa de Roosevelt foi surpreendente, porque “ele optou por se intrometer em uma situação na qual ele era virtualmente impotente para agir, submetido como estava a uma lei de imigração altamente restritiva”. De fato, o resultado de Evian foi decidido antes mesmo da convocação: a conferência declarou claramente que “nenhum país deveria receber um número maior de emigrantes do que o permitido pela legislação existente”. O sarcasmo nazista teve então um dia de vitória. Para o jornal nazista *Der Stürmer*, o resultado líquido de Evian foi “mostrar ao mundo inteiro que o problema judaico não foi de modo algum provocado apenas pela Alemanha, mas era uma questão do significado político mundial mais imediato. Apesar da rejeição geral pelos estados de Evian da maneira em que a questão judaica foi tratada na Alemanha, nenhum país, a América não sendo exceção, declarou-se pronto para aceitar incondicionalmente qualquer número de judeus. Foi notável que o delegado australiano chegou a mencionar que a emigração judaica colocaria em risco sua própria raça. Não havia diferença fundamental entre a avaliação alemã e o resumo mordaz de Evian pelo correspondente da *Newsweek*. Presidente Myron C. Taylor, ex-diretor da *US Steel*, abriu o evento dizendo: “Chegou o momento em que os governos ... devem agir e agir prontamente”. A maioria dos governos representados agiu prontamente batendo as portas na cara dos refugiados judeus. O jornal nazista *Völkischer Beobachter* declarou triunfalmente: “Ninguém os quer”.

Para piorar ainda mais a situação em 1939 autoridades britânicas restringiram severamente a entrada de refugiados judeus do nazismo na Palestina, região sob seu mandato desde o final da Primeira Guerra Mundial. Também os EUA negaram entrada em seu território a um navio com centenas destes refugiados, o cargueiro *St. Louis*, que já havia sem sucesso tentado aportar em Cuba. Sem outra alternativa, o barco retornou para Europa, sendo que a maioria dos seus passageiros acabou assassinada pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial.

O destino reservado pelo regime nazista ao judeus era bem conhecido. Por volta de 1939 era bem sabida a existência de campos de concentração, não só por parte dos cidadãos em toda Alemanha, mas também no exterior. Contudo, intensos esforços de censura e propaganda do regime nazista permitiam uma certa “normalização” do uso e das finalidades de tais locais de encarceramento, como se nota num recente trabalho publicado sobre o tema (STONE, 2017, 36).

"Grande sucesso", escreveu Ward Price, foi obtido pelos inimigos da Alemanha fora dos campos de concentração, assim como foi pelos inimigos da Grã-Bretanha pelos supostos abusos nos campos de concentração na África do Sul durante a Guerra dos Bôeres. Em ambos os casos, foram feitos exageros grosseiros e imprudentes. Que teria havido muito mais crueldade na Alemanha se os comunistas tivessem sido os guardiões, em vez dos internos dos campos de concentração, é provado pelos horrores que aconteciam onde quer que os bolcheviques chegassem ao poder. A conclusão de Ward Price mostra como Lorant estava certo quando escreveu que os visitantes estrangeiros na Alemanha "só podem ver a superfície das coisas. Qual deles tem algum conhecimento da vida nos campos de concentração, nas prisões ou nos quartéis da SA?" De fato, assim como os leitores britânicos ou americanos poderiam aprender muito sobre os primeiros campos nazistas, os alemães, para os nazistas, anunciavam Dachau e Sachsenhausen na imprensa como prova de sua decisão de "reeducar" e "limpar" a Alemanha.

O início da Segunda Guerra Mundial, com a correspondente ocupação da Polônia pelos alemães, marca uma nova era da política dos nazistas para com a eliminação dos judeus. Foi determinado que todos judeus deveriam ser confinados em guetos, os quais seriam administrados pelos conselhos judaicos, encarregados de executar as determinações alemãs.

Tratava-se de um momento que se revelaria decisivo, não apenas por viabilizar a concentração em alguns poucos locais das futuras vítimas de um genocídio em escala continental, mas também do início mesmo deste processo. As condições de vida e trabalho nos guetos eram tão insalubres que doenças, fome e exposição ao clima começaram imediatamente a matar grande número de judeus ali confinados num processo a que clinicamente se referiam os nazistas como sendo de “redução natural”.

1939 começou sob a expectativa da vitória das forças chefiadas pelo General Francisco Franco sobre as tropas do governo constitucional republicano na Guerra Civil Espanhola. Embora confinada ao território espanhol, a guerra civil parecia um microcosmo das tensões e conflitos políticos e ideológicos da Europa daquela época. Em ambos lados

lutaram voluntários de várias partes do mundo opondo alemães, italianos, estadunidenses, britânicos, brasileiros, etc.

As potências ocidentais, herdeiras da ordem internacional estabelecida pelo Tratado de Versalhes ao final da Primeira Guerra Mundial, pareciam ansiar pelo rápido desfecho do conflito, com o correspondente fim do governo espanhol, até então apoiado apenas pela URSS. Em 27 de fevereiro de 1939 França e Grã-Bretanha reconhecem o governo do General Francisco Franco, semanas antes dele conseguir entrar com suas tropas na capital Madri, até então em poder da república espanhola (BEEVOR, 2007).

1939 foi o ano em que a necessidade de se fazer frente ao expansionismo nazi-fascista, finalmente, começou a se fazer cada vez mais evidente. A política do “apaziguamento” até então praticada pelos anglo-britânicos não só não conseguiu deter as agressões de Hitler como aumentou ainda mais seu poder, ao permitir que a Alemanha anexasse sem luta a Austria e a Tchecoslováquia e ignorasse a maior parte das restrições ao seu poder impostas pelo Tratado de Versalhes.

No final de março de 1939 o governo britânico, finalmente, se comprometeu publicamente a garantir a independência da Polônia contra as ameaças de agressão nazistas. Imediatamente a seguir Hitler ordenou secretamente a seus generais para preparar os planos de invasão daquele país. No mesmo período o regime fascista, implantado na Itália em 1922, dava sequencia às suas intervenções militares (Etiópia, 1935; Guerra Civil Espanhola, 1937) com a invasão da vizinha Albânia. Itália e Alemanha acabariam por se aliar em 1939 assinando em 22 de maio o assim chamado Pacto de Aço (PAXTON, 2007).

No Extremo Oriente os planos expansionistas do Império Japonês, voltados a anexação da China, seguiam sem interrupção desde 1931. Em agosto de 1939 os japoneses ampliaram suas agressões invadindo a Mongólia, a qual apelou a URSS para vir em sua ajuda. O resultado foi uma decisiva derrota imposta aos japoneses pelas forças russas comandadas pelo General Georgy Zhukov, que se tornaria famoso na Segunda Guerra Mundial.

O significado político desta vitória militar não pode ser subestimado, como se constata em uma das mais recentes análises a respeito (BEEVOR, 2015, p. 21). O autor nota que foi na manhã de 31 de agosto que a batalha entre soviéticos e japoneses terminou, justamente quando o Pacto Nazissoviético era assinado em Moscou. Enfrentamentos isolados persistiram até meados de setembro, mas Stalin decidiu que, à luz da situação mundial, seria prudente concordar com o pedido de cessar-fogo feito pelos japoneses.

Jukov recebeu pelos seus feitos das mãos de Stalin a Estrela de Ouro de Herói da União Soviética.

A sua vitória teve resultados de longo alcance. Os japoneses haviam sido fortemente abalados pela derrota inesperada, ao passo que os seus inimigos chineses, tanto nacionalistas quanto comunistas, sentiram-se encorajados. Em Tóquio, a facção política de militares do exército que, dentro do governo pressionava por um “ataque ao norte”, isto é, por uma guerra contra a União Soviética, levou um duro golpe. Com isso, os partidários do “ataque ao sul”, isto é, por uma guerra contra as potências imperialistas ocidentais liderados pela marinha de guerra japonesa, ganharam proeminência. Ainda em decorrência dos choques de fronteira de meados de 1939 foi assinado em abril de 1941 um pacto de não agressão soviético-japonês, um compromisso que teria importantes consequências quando do ataque japonês à base estadunidense de Pearl Harbor em dezembro de 1941.

Em 22 de junho de 1941 foi desfechada a Operação Barbarossa, a invasão alemã da União Soviética. Em dezembro de 1941 as tropas alemãs já tinham ocupado boa parte da Rússia europeia e se aproximavam de Moscou, quando então os nazistas apelaram aos japoneses para que também atacassem a URSS, o que não ocorreu.

A recusa de Tóquio em atacar a União Soviética no inverno de 1941 teve um papel crítico num momento de grande importância na guerra, tanto no Extremo Oriente quanto na luta mortal da Alemanha nazista com a União Soviética. A batalha de Khalkhin Gol, como veio a ser conhecido o combate mais famoso entre URSS e o Império japonês em 1939, exerceu uma influência importante na decisão japonesa posterior, no sentido de atacar as colônias francesas, holandesas, britânicas e estadunidenses no sudeste asiático.

O evento mais impactante de 1939 foi, talvez, a assinatura do Pacto Ribbentrop-Molotov, resultado das negociações entre URSS e Alemanha nazista. Por um lado, as tentativas russas de firmar uma aliança com França e Grã-Bretanha ao longo do primeiro semestre de 1939 deram em nada. Por outro lado, regimes que reconhecidamente eram inimigos ideológicos como a URSS e o nazismo rapidamente demonstraram a inclinação por chegar em meados de 1939 a um acordo.

O acordo entre URSS e Alemanha nazista assinalou o fim do sonho dos espíritos mais lúcidos entre os anglo-franceses de poder contar com os russos para fazer frente aos alemães. Tal desfecho tem sido reputado desde os anos 1960 como resultado, em sua maior parte, da postura anglo-francesa. Segundo um autor da época (SHIRER, 1960, 703):

Uma coisa era certa para todos, menos para Chamberlain: a bancarrota da diplomacia anglo-francesa, que cedera e vacilara onde quer que Hitler fizesse um movimento, era agora completa. As duas democracias ocidentais haviam retrocedido passo a passo: quando Hitler desafiou-as ao declarar a conscrição em 1935, quando ocupou a Renania em 1936, quando tomou a Austria em 1938 e no mesmo ano exigiu e conseguiu os Sudetos; e tinham permanecido passivas quando ele ocupou o resto da Tchecoslovaquia em março de 1939. Com a União Soviética ao seu lado, as democracias ocidentais ainda podiam ter dissuadido o ditador alemão de se lançar a guerra, ou se isto falhasse, derrotá-lo firme e rapidamente num conflito armado. Mas elas haviam permitido que esta última oportunidade lhes escapasse das mãos. Agora, no pior momento e nas piores circunstâncias, comprometeram-se a ir em socorro da Polónia quando ela fosse atacada.”

Mesmo trabalhos mais recentes tem mantido o teor crítico da política mantida pela Grã-Bretanha e, secundariamente, pela França, no contexto que antecedeu a Segunda Guerra Mundial. Teriam havido historicamente muitas e mais proveitosas ocasiões para que a Alemanha nazista fosse contida ou destruída antes que a Polónia fosse atacada e, ao declarar guerra por conta da invasão, os aliados anglo-franceses nada teriam feito para ajudar os poloneses, ao mesmo tempo em que entravam no conflito de forma que lhes era desvantajosa, no limite, desnecessária. É o que se constata no trabalho de um autor referência no assunto (OVERY, 2009, p. 25-27).

A decisão de Hitler pela guerra com a Polónia foi tomada não porque ele queria lutar contra o Ocidente - o que ele poderia ter feito simplesmente declarando guerra - mas por sua convicção de que em uma batalha de vontades entre os dois lados prevaleceria sobre o Ocidente. Como Nicolaus von Below descreveu em suas memórias, Hitler assumiu o risco enquanto "nas profundezas de seu ser, esperando contra a esperança de que a Grã-Bretanha se afastasse do caso". A luta contra Hitler pode ser vista como o político norte-americano Patrick Buchanan recentemente descreveu "uma guerra desnecessária". Segundo Buchanan, a guerra custou aos britânicos seu império e criou as condições para cinquenta anos de guerra fria e dominação comunista da Europa Oriental e da Ásia. O maior erro foi a garantia para a Polónia, que tornou inevitável uma guerra. "O que a garantia de guerra de Chamberlain forjou", escreve Buchanan, "foi a guerra mais sangrenta de toda a história." Esse sentimento de que a Grã-Bretanha poderia desempenhar o papel de Halifax chamado "Alto Comissário Moral" era um elemento da autopercepção britânica, uma parte importante da retórica usada para confrontar Hitler em 1939. Depois que a guerra eclodiu, quando a Grã-Bretanha e a França falharam manifestamente em fazer justiça à Polónia, Halifax fez um discurso em janeiro de 1940 voltando ao tema de que a guerra

dos aliados não era sobre a Polônia, em absoluto, mas envolvia nada menos do que “a liberdade e independência de nosso próprio país e comunidade, e de todos os estados europeus...”. Apesar de toda a retórica de honra, a realidade da guerra em 1939 não era salvar a Polônia de uma ocupação cruel, mas salvar a Inglaterra e a França dos perigos de um mundo em desintegração.

O fracasso da política de apaziguamento parece ter convencido os russos de que tudo não passava de uma trama para deixar a URSS lutando sozinha contra a Alemanha nazista. O surpreendente é que os soviéticos tenham rompido o isolamento a que se viam cada vez mais confinados apelando precisamente para um acordo com seus inimigos ideológicos.

O acordo firmado entre alemães e russos em 1939 tratava, oficialmente, apenas de um pacto de não-agressão entre os regimes nazista e comunista. Contudo, em suas cláusulas secretas, formalizava também a partilha da Europa Oriental entre os signatários. Segundo o protocolo adicional secreto negociado entre os representantes de Hitler e Stalin caberia à URSS colocar sob seu controle a Finlândia, Estônia, Lituânia, Letônia, Polônia oriental e a província romena da Bessarabia; à Alemanha caberia ocupar a maior parte da Polônia e o restante da Romênia.

Em observância a tal pacto a Alemanha invadiu a Polônia em 1º/09/1939, dando início à Segunda Guerra Mundial, recebendo a subsequente declaração de guerra de ingleses e franceses. A URSS invadiu a Polônia duas semanas depois, a fim de ocupar a parte daquele país que lhe cabia, sem ter recebido qualquer represália de anglo-franceses. A URSS também invadiu, depois de um ultimato, os países bálticos, os quais se renderam sem luta naquele mesmo mês e no seguinte.

Com a Finlândia a situação foi diferente pois os finlandeses se recusaram a aceitar as exigências russas, sofrendo a partir de 30 de novembro uma invasão soviética em larga escala. A assim chamada “Guerra de Inverno” opôs a super-potência soviética à minúscula e atrasada Finlândia que, corajosamente, resistiu sozinha à invasão russa até 13 de março do ano seguinte quando finalmente foi obrigada a se render.

O início da guerra se fez acompanhar de um bloqueio naval imposto à Alemanha pelos anglo-franceses. O isolamento a que se viu submetida fez cair drasticamente as oportunidades de que dispunha a Alemanha de influenciar a política interna das colônias britânicas, particularmente no Oriente Médio. O auge da influência alemã na Palestina, por exemplo, parece ter sido no ano anterior.

Um recente trabalho sobre o assunto (NICOSIA, 2015, 110-11) revela alguma evidência de que o governo alemão procurou usar a agitação na Palestina para distrair a Grã-Bretanha da crise dos Sudetos e, assim, desencorajar a intervenção britânica na Europa central. Hitler decidiu em julho de 1938 que o momento de um ataque à Tchecoslováquia deveria coincidir com algum período de elevação do grau de conflito na Palestina. O Serviço Secreto (Abwehr), do almirante Canaris e o embaixador alemão Fritz Grobba em Bagdad estariam envolvidos na promoção de distúrbios na Palestina.

Em maio de 1939 se confirmou o envio de ajuda financeira da Alemanha aos rebeldes árabes na Palestina através da Arábia Saudita. Contudo, mesmo quando a situação na Europa tornou-se cada vez mais instável na segunda metade de 1938 e ao longo de 1939, a Alemanha permaneceu bastante cautelosa em sua resposta aos eventos no Oriente Médio. Isso ocorreu justamente num contexto em que a agitação árabe na Palestina diminuiu drasticamente no verão de 1939.

As principais lideranças nazistas não pareciam particularmente interessadas em cortejar a opinião árabe na época. O embaixador alemão em Bagdá, por outro lado, parecia ser o único grande diplomata alemão na região interessado em relações políticas e econômicas mais estreitas com o Iraque e a Arábia Saudita, incluindo aí a venda de armas aos sauditas. Mas mesmo ele concordava que, em caso de guerra, os sauditas e outros países árabes provavelmente ficariam do lado da Grã-Bretanha, como de fato aconteceu.

Outro foco de intensa disputa diplomática e comercial entre Alemanha e as potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial era a América Latina. Desde a tomada do poder pelos nazistas que o governo alemão vinha mantendo intensa atividade comercial e diplomática na América Latina, obtendo vários ganhos. De fato, em 1938 a Alemanha ultrapassou os EUA como maior parceiro comercial do Brasil, processo intensificado pela assinatura de acordos de vendas de armas alemãs ao Exército Brasileiro. Em contraposição à ação alemã as autoridades estadunidenses desfecharam a Política da Boa Vizinhança, um conjunto de iniciativas culturais e econômicas destinadas a eliminar tensões e alinhar os países da região às políticas de defesa hemisférica contra a infiltração e subversão nazista (OLIVEIRA, 2015).

1939 foi também o ano em que a Segunda Guerra Mundial chegou à América Latina. O cruzador pesado alemão Graf Spee vinha travando guerra contra o comércio marítimo anglo-francês no Atlântico Sul quando foi encurralado por uma força naval britânica muito maior nas proximidades da costa do Uruguai. O navio foi danificado ao

combater contra outros três cruzadores britânicos e obrigado a buscar abrigo no porto neutro de Montevideu. Ao perceber a inevitabilidade da destruição de seu navio de guerra, decidiram os alemães por abandoná-lo e afundá-lo no Rio da Prata. Todos tripulantes do barco alemão foram, através da extensa rede de espionagem e contra-inteligência mantida pelas representações diplomáticas alemãs na América Latina, repatriados para Alemanha, com exceção do seu comandante, o qual preferiu se suicidar pouco depois do afundamento do navio (MCGAHA, 2009).

O que se percebe do exame de vários dos títulos recentemente lançados sobre o contexto de 1939 é que segue sendo grande a possibilidade da rememoração destes influenciarem os eventos presentes. Da mesma forma que em 2015, o ano de 2019 e as comemorações relativas aos 80 anos do início da Segunda Guerra Mundial tem o potencial de provocar diversas crises e conflitos na esfera das relações internacionais.

Dentre as efemérides que podem vir a ser celebradas no ano de 2019 cabe citar os oitenta anos do fim da Guerra Civil Espanhola. As celebrações e rememorações do fim da guerra civil podem suscitar questionamentos e críticas quanto a inação de britânicos e, em menor grau, de franceses em prestar apoio ao governo constitucional espanhol.

Já a rememoração do Pacto Hitler-Stalin também tem igualmente o potencial de ser gerador de conflitos. Desde sempre se questiona tanto a recusa dos anglo-britânicos em buscar com mais ênfase uma aliança com a URSS, quanto o fato desta ter se aliado aos nazistas e, com eles ter promovido a imoral e ilegal partilha da Europa Oriental.

As lembranças com relação à Política do Apaziguamento devem ser pautadas, como nos anos anteriores, pela condenação e crítica das mais acerbas. A liberação de arquivos inéditos sobre o período pode lançar luz sobre as suspeitas quanto ao caráter fundamentalmente anti-soviético de tal política.

De todas efemérides é o início da Segunda Guerra Mundial que será, certamente, a mais importante. É de se esperar intensa disputa sobre a rememoração do evento. O colapso da política de apaziguamento, a garantia das fronteiras polonesas sem qualquer iniciativa concreta por parte de anglo-franceses, a partilha da Polônia entre russos e alemães, etc. são apenas alguns exemplos de eventos cuja reflexão e rememoração farão com que voltem a tona com intensidade provavelmente maior do que a dos anos recentes.

É de se notar a relativa desconsideração entre os estudiosos das relações internacionais das importantes reavaliações do poder militar alemão que vem sendo feitas desde então. Visto retrospectivamente o poderio militar alemão parecia invencível,

irresistível, incomparável. De acordo com o senso comum, toda e qualquer tentativa de se resistir militarmente à máquina de guerra alemã só poderia acabar em desastre – como se viu entre setembro de 1939 e junho de 1940.

Sucessivos estudos na área de História Militar tem demonstrado o contrário, isto é, as fraquezas intrínsecas às forças armadas alemãs e a forte possibilidade de que viessem a ser derrotadas pelos seus antagonistas anglo-franceses. Diversos pesquisadores demonstram como teria sido viável um ataque anglo-francês à Alemanha em resposta à qualquer inobservância do Tratado de Versalhes. A Alemanha poderia ter sido militarmente derrotada por uma coalisão tcheco-franco-britânica em 1938.

O ataque alemão à Polônia poderia ter resultado em desastre se tivesse ocorrido uma forte e decidida ofensiva franco-britânica sobre a Alemanha, que havia comprometido suas tropas com a invasão a leste. Contudo, nada aconteceu. Desta forma a Polônia lutou sozinha e foi esmagada depois de algumas semanas de luta.

A invasão alemã da França proporcionou diversas oportunidades de provocar a derrota alemã, mas elas passaram inexploradas (GOUTARD, 1967). O súbito colapso da França depois de apenas 40 dias de luta surpreendeu o mundo, mas em momento algum se tratou de um êxito pré-determinado. Nas lembranças relativas ao início da Segunda Guerra Mundial é presumível que a questão das atribuições das responsabilidades venham a ser trazidas de novo a tona.

Acima de tudo, pairando sobre todas consciências como pesadelo de horror incomparável, com toda probabilidade estará a política nazista de eliminação dos judeus. A lembrança e rememoração das vidas que poderiam – e, em alguns casos corajosos de fato puderam – ter sido salvas do genocídio nazista dominará todos eventos e cerimônias. O contexto atual, marcado pela maior onda de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial, praticamente garante que a memória das tentativas de fuga por parte dos perseguidos do nazismo seja, nos oitenta anos do início daquele conflito, um tema de importância incontornável.

## Referências bibliográficas

BEEVOR, Antony, *A Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Record, 2015.

\_\_\_\_\_, *A Batalha pela Espanha: a Guerra Civil Espanhola 1936-1939*. Rio de Janeiro, Record, 2007.

BETHELL, Leslie. (org.) *História de América Latina*, volume 11 *Economia e Sociedade desde 1930*, cap. 1. *As economias latino-americanas 1929-39*. Barcelona, Editora Crítica, 2002.

BIRD, Stephanie, FULBROOK, Mary, WAGNER, Julia Wagner, WIENAND, Christiane (orgs.) *Reverberations of Nazi Violence in Germany and Beyond: Disturbing Pasts*. London, Bloomsbury Academic, 2016

FRIEDLÄNDER, Saul. *Nazi Germany and the Jews: 1933–1945*. New York, Harper Collins Publishers Inc., 2009

GOUTARD, A. *A guerra das ocasiões perdidas*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1967.

HOBSBAWN, Eric. *História do Marxismo*, vol. 7. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

KERSHAW, Ian. *Hitler, the Germans, and the Final Solution*. New Haven, Yale University Press, 2008

MCGAHA, Richard L. *The Politics of Espionage: Nazi Diplomats and Spies in Argentina, 1933-1945* PhD, Ohio, 2009.

*NETANYAHU inocenta Hitler e culpa um árabe pelo Holocausto*. In: RTP Notícias. Disponível em [https://www.rtp.pt/noticias/mundo/netanyahu-inocenta-hitler-e-culpa-um-arabe-pelo-holocausto\\_n867583](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/netanyahu-inocenta-hitler-e-culpa-um-arabe-pelo-holocausto_n867583) Acessado em 07/12/2018

NICOSIA, Francis. R. *Nazi Germany and the Arab World*. New York, Cambridge University Press, 2015

OLIVEIRA, Dennison de. *Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba, Juruá, 2015.

OVERY, Richard. *1939: Countdown to War*. London, Penguin Books Ltd. 2009.

SCHMIDT, Ulf. *Justice at Nuremberg: Leo Alexander and the Nazi Doctors' Trial*, New York, Palgrave MacMillan, 2004.

SHIRER, Willian L. p. 703 *Ascensao e queda do Terceiro Reich O começo do fim (1939-1945)* William L. Shirer Ed. Agir

SIFTON, Elisabeth & STERN, Stern. *No ordinary men: resists against Hitler in church and State*. New York, New York Review Book, 2013

STONE, Dan. *Concentration Camps: a short history*. New York, Oxford University Press, 2017

STONE, Dan. *Histories of the holocaust*. New York, Oxford University Press, 2010.

WAXMAN, Zoe Vania. *Writing the Holocaust: Identity, Testimony, Representation*. New York, Oxford University Press, 2006.